

Prefácio

Em Janeiro de 1963 surgia uma revista que escapava à ortodoxia asfianxante do regime salazarista. Chamava-se *Análise Social*. A capa, a amarelo torrado, ostentava, à esquerda, o emblema da Universidade Técnica de Lisboa e, a meio, o sumário, onde se destacavam quatro artigos, dois dos quais escritos por estrangeiros. Na contracapa era-se informado de que a revista pertencia ao «Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras». Um dos artigos, «Introdução ao estudo das ideologias», era assinado pelo jovem Adérito Sedas Nunes, um economista que se havia destacado nos meios católicos e que, aos 27 anos, tivera a ousadia de escrever *Situação e Problemas do Corporativismo*. Formado pelo ISCEF, A. Sedas Nunes era assistente naquela escola desde 1955.

Por razões que a antologia elucidará, o nome que figura na ficha técnica como director da revista era, e sê-lo-ia durante muitos anos, J. Pires Cardoso. Na prática, todavia, quem dirigia a revista era Sedas Nunes.¹ O que se diz na «Apresentação» pouco interesse tem. Em tempos de censura, todos os cuidados eram poucos e, por experiência própria, Sedas Nunes sabia que o regime não apreciava a ideia de ver circular, sabe Deus por que mãos, uma revista de sociologia. No fundo, o que o grupo chefiado por Sedas Nunes queria era conhecer o país onde nascera.

Tendo chegado à idade adulta num clima de relativo optimismo quanto às possibilidades de desenvolvimento económico de Portugal, Sedas Nunes sentiu, a certa altura, que a economia lhe não bastava. Começou então a ler – hábito que nunca perderia – tudo o que se publicava no campo sociológico. Parecia-lhe ser possível vencer os bloqueamentos

¹ Posteriormente, o nome de Sedas Nunes apareceu como subdirector, ao lado do de J. Pires Cardoso, tendo, finalmente, em 1973, mais precisamente no n.º 38, passado a figurar como director.

que tinham impedido a modernização de Portugal. Ele e os seus amigos eram tecnocratas, para quem o crescimento do PIB, sendo um ideal, não bastava. A preocupação com o social vinha-lhes do facto de serem católicos da espécie a que se convencionou chamar progressistas. Levados por Sedas Nunes, lançaram-se no penoso empreendimento de recolher dados estatísticos e na tarefa, mais estimulante, de pensar sobre eles. Sentiam que tinham tempo à sua frente. Eram assim ardentes em 1963.

Muitas coisas se passaram desde o período em que, exactamente nesse primeiro número da revista, Sedas Nunes escrevia sobre as funções das ideologias, citando Barrilaro Ruas e Karl Marx. Disso nos falará o próprio no artigo que escreveu para comemorar a publicação do n.º 100 da *Análise Social*. Ao longo da sua vida, Sedas Nunes proferiu conferências, publicou livros e escreveu artigos. A sua obra anda dispersa e é, muita dela, desconhecida. Esta antologia não tem, todavia, a ambição de recolher todos os seus escritos, mas apenas a de seleccionar, de entre os que ele escreveu para a *Análise Social*, os que me pareceram mais interessantes. Um dia talvez se consiga publicar a sua obra completa. Optei por apresentar os artigos sem alterar o texto, mesmo quando remetem para textos que não foram incluídos. Como o leitor verá, os ensaios apresentados concentram-se em duas áreas: as desigualdades regionais e a crise da universidade. Deixei deliberadamente de fora os artigos assinados em conjunto com colegas.

A pulsão reformista, tão típica dos anos 60, é particularmente nítida no artigo intitulado «Portugal, sociedade dualista em evolução», de 1964. O artigo é importante por nos recordar, com dados e gráficos, isto é, de forma empírica, a pobreza do país. Escrevendo no interior de um regime que tudo vigiava, Sedas Nunes sabia que tinha de ter cuidado com as palavras – reserva, aliás, que nunca abandonou –, mas o leitor percebe imediatamente que o retrato dado neste artigo não é o de um país onde existe miséria relativa – como se passava no resto da Europa –, mas de uma nação onde milhares de seres morriam literalmente de fome. Em Portugal, sua originalidade, a miséria era absoluta.

Por opção estratégica, por ser esse o seu interesse ou, pura e simplesmente, por não possuir outros dados estatísticos, Sedas Nunes concentrou-se nas disparidades regionais. Reunindo um conjunto de estatísticas, formou o que designou como «escol cultural» – médicos, advogados, profissionais liberais –, tendo concluído que este se concentrava nos distritos de Lisboa e do Porto: «Vejam-se as distâncias que medeiam entre as densidades máximas (que correspondem sempre a Lisboa) e as mínimas: proporcionalmente à população, 6 vezes mais profissionais liberais,

técnicos e equiparados, 8 vezes mais directores de empresas e quadros administrativos superiores, 9 vezes mais médicos, 32 vezes mais engenheiros [...]» É com base nestes dados que ele formula a tese de que no mundo rural se tinha enquistado um aglomerado, Lisboa (as diferenças entre a capital e o Porto eram suficientemente largas para poder falar-se apenas de Lisboa), que era uma ilha de privilégio de costas voltadas para o resto do país. Eis as suas próprias palavras: «Digamos, em síntese, que se nos foi impondo *a coexistência, no continente português, de dois tipos de sociedade*: uma *sociedade moderna*, cujas vultosas implantações se confinam em espaços geograficamente restritos, e uma *sociedade tradicional*, estendida por todo o território e rodeando as grandes concentrações ou núcleos menores da primeira.»

Isto pode parecer banal. Na altura, não o era. Nem pelo tema nem pela maneira como era abordado. Da estagnação económica do interior, Sedas Nunes deduzia que a emigração para a Europa – note-se que estávamos longe da explosão do fenómeno – iria crescer muito rapidamente, o que provocaria a desertificação dos campos. Embora estivesse consciente do que isso representava na abertura de horizontes, o abandono rural era visto por ele como algo de negativo.

Sedas Nunes estava ainda atento a outros factores em vias de transformar a sociedade portuguesa: além da emigração, havia, notava, o audiovisual (nessa altura, sobretudo a rádio), que começava a dar aos portugueses informações inéditas sobre o estrangeiro: «Seja como for, não pode duvidar-se de que a sociedade portuguesa está hoje muito mais intensamente *posta em presença* do mundo que a rodeia do que o estava, por exemplo, antes do último conflito mundial. Se nos é permitida uma imagem, rasgaram-se-lhe muitas e cada vez mais amplas janelas para o exterior.» Até certo ponto, Sedas Nunes parecia estar a falar de duas sociedades, a tradicional e a moderna, como de dois mundos estanques, mas, no final, ao abordar o impacto da sociedade moderna sobre a tradicional, menciona a interpenetração entre elas, realçando «a sucção» exercida pela primeira sobre a segunda: «Sem dúvida, está-se aqui em presença de uma constante histórica, e não de uma novidade. Nova é, porém, a intensidade do fenómeno.»

Estes primeiros artigos de Sedas Nunes eram alertas para os responsáveis políticos. Veja-se o que diz sobre a emigração: «Os que partiram são como sondas de prospecção daqueles que ficaram. Pelas cartas que escrevem, pelas encomendas que enviam, pelo dinheiro que remetem, pelas casas que mandam reparar ou comprar, se confirma que a aventura de partir vale bem ser vivida. E também vêm deles chamadas, ajudas,

promessas. Logo, por cada um que já partiu, outros vão; e, por cada um que parte, outros hão-de ir. Para além de certo ponto, dá-se a ruptura de toda a coesão local. Quebram-se os laços sociais e a corrente do êxodo torna-se, enfim, avalanche.» Sedas Nunes não desejava adoptar a posição dos catastrofistas, mais comum entre a classe política, nem a dos optimistas, mais frequente entre os economistas. Considerava, todavia, que a emigração, ao nível em que estava a processar-se, seria negativa para o país. Por uma razão: não eram os piores a partir, mas os melhores. Quase no final, advertia: «No contexto dual da sociedade portuguesa, o que há pouco ainda era estagnação e bloqueamento tende a tornar-se regressão e degenerescência; e também poderá vir a ser refreado o que por ora é movimento para o progresso.» Sedas Nunes argumentava que sob a capa do crescimento económico que as estatísticas registavam – facto que enchia de júbilo o coração dos tecnocratas – existia uma realidade mais negra, a de uma população que não tinha acesso aos frutos do *boom* e que, em consequência, decidira abandonar o país. Ora, para Sedas Nunes, um país que se despovoava era um país que agonizava.

O segundo artigo, «A população universitária portuguesa: uma análise preliminar», foca os mecanismos de selecção social que impediam que uma percentagem considerável de jovens portugueses tivesse acesso à universidade. Usando as estatísticas de 1966-1967, segundo as quais apenas existiam no ensino universitário 31 042 indivíduos, Sedas Nunes analisa a forma como, desde os primeiros anos da escolaridade, os filhos dos pobres iam sendo empurrados para fora do sistema escolar. Só uma ínfima parte da população estudantil que entrara para a 1.^a classe acabava às portas do superior. Numa sociedade tão desigual quanto a portuguesa não era preciso um esquema, como o *numerus clausus*, para impedir que as massas estudantis invadissem a torre de marfim. A selecção, de natureza social, processava-se à saída do ensino primário. Os filhos dos pobres não tinham dinheiro, nem muito menos aspirações a poderem vir a frequentar o ensino superior. Era desta forma insidiosa que o Estado se via liberto da tarefa desagradável de fechar as portas da universidade.

Subjacente a todo o artigo, há a ideia de que as universidades ganhavam em crescer. Daí que Sedas Nunes considere positiva a adopção de fórmulas segundo as quais os estabelecimentos de ensino superior conseguissem integrar estudantes-trabalhadores. Por outro lado, Sedas Nunes é muito sensível à disparidade das estatísticas de frequência universitária quando Portugal era posto ao lado de outros países. Horrorizava-o a posição de Portugal, em lugar muito baixo na escala. Igualmente o indignava a repartição geográfica da população estudantil, isto é, o que de-

signava por «contradição estrutural entre os pressupostos do sistema universitário e a composição da população estudantil». Finalmente, denunciava a baixa eficiência do sistema. A terminar, Sedas Nunes apontava ainda dois fenómenos: o acelerado crescimento da presença de mulheres no ensino superior e a presença considerável de alunos «não jovens», na sua maioria casados e a trabalhar, que se arrastavam pelos cursos.

Nesse mesmo número da *Análise Social*, Sedas Nunes desenvolve, num artigo intitulado «O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento», temas que anteriormente abordara. Aprofunda, por exemplo, a forma como, sob uma capa impecavelmente isenta, as universidades participavam no «rigorismo» da «selecção» estudantil. Cito: «Na verdade, além de uma restrita e explícita selecção *pedagógica* vestibular, as universidades efectuam também, *implicitamente*, uma selecção sócio-económica, pelo simples facto de o seu dispositivo institucional, basicamente ordenado para acolher jovens socialmente desvinculados de responsabilidades familiares ou profissionais, constituir decisivo *obstáculo* a um amplo recrutamento de alunos, dentro de outras categorias, designadamente no sector economicamente activo da população e nas camadas sociais onde os jovens têm de se profissionalizar desde cedo.» Não admira que Sedas Nunes tenha estado entre os primeiros proponentes, após a revolução de 1974, de uma «Universidade Aberta».

Sedas Nunes nota a inadequação das estruturas universitárias à procura profissional, o que contribuiria para a elevada taxa de deserções a meio do curso (em 1964-1966, só 33% dos alunos se formavam). O impulso reformista vem, mais uma vez, ao de cima: «Mas – seja obstando, seja inibindo – os efeitos restritivos, atribuíveis às próprias normas, estruturas e condições de funcionamento das universidades, *jogam sempre em desvantagem dos estratos sociais menos favorecidos*. De sorte que, tal como se encontram organizadas e funcionam em Portugal e noutros países, as universidades, longe de tenderem, de algum modo, a «compensar» a desigualdade social das oportunidades de adquirir uma formação universitária, contribuem, pelo contrário, *objectivamente*, para a consolidar, se é que não podemos dizer que a reforçam».

Na segunda parte do artigo, Sedas Nunes fala da repartição dos estudantes por ramos de ensino, comparando os dados nacionais com os estrangeiros. Na terceira e última parte, a mais interessante, aborda as «perspectivas de crise institucional no sistema universitário português». Tendo tirado a fotografia ao sistema, olhava agora as repercussões da expansão da massa estudantil sobre o seu funcionamento. E avisava: a continuarem

a entrar no nível superior estudantes ao ritmo a que vinha a verificar-se, o sistema não aguentaria. Sedas Nunes alertava em 1968 para a «explosão escolar», um fenómeno «cujas proporções são dificilmente previsíveis». E notava, perceptivamente, que era por ser tão pequena a dimensão tradicional dos que tinham acesso à universidade e tão rigorosa a selecção que se fazia por via informal que a crise, quando chegasse, seria particularmente grave: «Bastará, na verdade, uma ligeira descompressão dos factores pelos quais se encontra represada a ascensão juvenil através dos sucessivos graus de ensino para que no cume – ou seja, na universidade – se produza um efeito quantitativamente ‘explosivo’.»

O artigo terminava, mais uma vez, em tom voluntarista: «De um lado, o incremento da população estudantil aparece associado a um movimento de declínio na eficiência interna do sistema universitário [...] Do outro, porém, a própria expansão do número dos alunos tende a desarticular o dispositivo docente das universidades: os esquemas de recrutamento e de promoção dos professores, que funcionavam ‘normalmente’ quando os alunos eram ‘poucos’, tendem a ficar bloqueados à medida que estes vão sendo ‘muitos’ [...] Por ambos os lados, a ‘crise’ desenvolve-se. Cremos, porém, que reformas institucionais profundas e uma política universitária traçada em consonância com a realidade, orientada por conceitos modernos, apoiada em meios materiais suficientes e em instrumentos administrativos eficazes e executada com ampla visão e persistência, poderiam detê-la. Teremos oportunidade, noutra lugar, de fazer, a respeito, algumas sugestões.»²

Em 1970, Sedas Nunes regressava ao debate sobre o papel das universidades, voltando a insistir no potencial de crise que o aumento da população universitária representava. Interrogou-se então sobre se estaria a assistir-se a uma democratização espontânea do acesso aos estudos superiores. Usando os poucos dados que existiam sobre as origens sociais e a distribuição por sexos dos estudantes, concluía que o acesso à universidade continuava reservado fundamentalmente a estudantes provenientes das classes privilegiadas. Neste artigo, além de uma terminologia mais à esquerda, Sedas Nunes alargava o âmbito do debate, interrogando-se sobre a natureza «das relações entre as universidades e a estrutura de classes *[sic]* em Portugal».

² Estas sugestões viriam a ser publicadas num artigo assinado conjuntamente por Sedas Nunes e Miller Guerra. Como o primeiro refere no artigo incluído nesta antologia, «Histórias, uma história e a História», aquele texto suscitaria uma tempestade.

Tendo constituído uma grelha com quatro grupos sociais – trabalhadores da agricultura, indústria ou pesca; empregados e pequenos funcionários; pequenos industriais e comerciantes; altos funcionários do Estado, profissionais liberais e grandes proprietários –, Sedas Nunes conseguiu construir um gráfico (figura 4.2), onde revelava que a grande maioria dos estudantes do ensino superior provinha do estrato 4, que, na estrutura social, apenas representava uma ínfima minoria da população. Enquanto 4,2% dos alunos do ensino superior provinham do grupo I (o mais baixo socialmente e o mais numeroso), dos grupos III e IV (os estratos médio e elevado, numericamente diminutos) provinham, respectivamente, 41,8% e 42,3%. Em seguida, Sedas Nunes comparou a percentagem de filhos de operários e camponeses entre os estudantes em Portugal e outros países: o resultado era previsivelmente catastrófico para Portugal. À cabeça vinham os países comunistas, mas havia outros países, como a Inglaterra, em boa posição. Em 1960, a Inglaterra tinha a estudar, na universidade, 27% de alunos filhos de trabalhadores manuais; em Portugal, esse número era, como vimos, de 4,2%. A selectividade social no acesso à universidade ficara demonstrada.

Mas o interesse deste artigo não se fica por aqui. Dado as estatísticas estarem a registar um aumento crescente de alunos, Sedas Nunes interroga-se sobre se não estaria a verificar-se uma democratização no recrutamento universitário. Entre 1959-1960 e 1969-1970, o acréscimo dos alunos fora de 121%. Mas uma análise dos números por sexos levou-o a uma conclusão inesperada: 57% do aumento correspondiam à expansão dos efectivos universitários femininos. Num prazo de apenas sete anos, a taxa de feminização elevava-se de 35% para 45%. Afinal, o aumento do número de universitários estava longe de poder ser considerado sinónimo de democratização. O que acontecera era que as meninas das classes médias, que anteriormente ficavam em casa a aprender labores, tinham invadido a universidade.

Veio a revolução. Ocupado com múltiplas tarefas institucionais, passaram-se anos sem que Sedas Nunes encontrasse a paz de espírito para voltar a escrever na «sua» revista. O momento surgiu em 1988, data da publicação do n.º 100 da *Análise Social*. Como o leitor verá, trata-se de um texto muito diverso – no estilo e no assunto – dos escritos anteriores. Este homem, sempre tão reservado, sentiu que chegara o momento de relatar como se criara o GIS, ou antes os vários GIS, como se fundara a revista e como se chegara à institucionalização das ciências sociais em Portugal. Salientava, com força, que a *Análise Social* não fora o fruto de qualquer determinismo ou estratégia oculta. Na sua versão, resultara dos

esforços de uma geração, de um grupo e de um homem. Nos seus primórdios, de um núcleo de activistas da JUC (Juventude Universitária Católica).

Não vale a pena resumir um texto que fala por si. Sedas Nunes despiu aqui a sua farda de sociólogo para envergar a de memorialista. Contamos a sua trajectória desde a entrada, em 1952, para o «Gabinete de Estudos Corporativos» até à criação do Instituto de Ciências Sociais. A importância da militância católica, nem sempre visível para aqueles, como eu, que apenas o conheceram em vésperas da revolução, fora decisiva. Falando dele, e dos seus companheiros das lutas iniciais, comenta: «Tinham, porém, saído da universidade cheios de preocupações *sociais*. O atraso do país, a miséria de tanta gente, as clamorosas desigualdades que por toda a parte se viam, indignavam-nos e atormentavam-nos: não podiam conformar-se com elas. Na medida em que se tinham apercebido de que o regime não só pactuava com o atraso, a miséria e as desigualdades, como obstava ao desenvolvimento, à melhoria das condições de vida, ao progresso social, e fazia recair sobre os mais desfavorecidos todo o desfavor dos custos humanos e económicos de uma ordem social injusta, tinham-se desapegado progressivamente do salazarismo em que se haviam formado e que os formara, tinham-se tornado cada vez mais críticos em relação ao regime, tinham chegado à convicção de que sindicalismo livre, liberdades públicas e democracia eram necessários em Portugal. Não tinham chegado à crítica do regime partindo da democracia; pelo contrário, tinham chegado à democracia partindo da crítica do regime.»

Sedas Nunes nota que a revista quis «mostrar as realidades sociais que o regime ignorava ou escondia, desmontar as ocultações sociais que serviam ao regime para se justificar a si próprio ou para impedir que se revelassem os seus aspectos sociais mais clamorosos». Respondendo a quem afirmara que, ao fim e ao cabo, a revista servira o regime, diz que ela seguramente não fora uma estratégia *do* regime, sendo, contudo, possível que tenha sido a expressão de uma estratégia *dentro* do regime. Seja como for, a revista fez-se na base do que chama «um triângulo imprevisível e improvável», formado pelo ministro Gonçalves Proença, pelo Prof. Pires Cardoso e pelo grupo por ele liderado.

Sedas Nunes relata, com algum pormenor, as fases por que a revista foi passando, realçando o vaivém entre o passado e o presente que ocupou muitas das investigações feitas a seguir ao 25 de Abril. Não era apenas por haver escassez de recursos para realizar trabalhos sociológicos, embora este factor também tivesse constituído um motivo, que alguns

dos investigadores do GIS decidiram voltar-se para o passado. Era também, como lucidamente explicou, pelo facto de «nados e criados sob o salazarismo, fora ainda contra o salazarismo, isto é, em relação ao salazarismo, que se haviam identificado como adultos». Os sociólogos do GIS, ou alguns de entre eles, queriam perceber qual a natureza do regime sob o qual tinham vivido grande parte das suas vidas.

Sedas Nunes era pouco dado a falar de erros passados. Neste texto abre uma excepção para o artigo por ele publicado, em colaboração com Miller Guerra, sobre a universidade (1969), em que propunham uma política concreta para a instituição universitária: «Foi um erro – um erro cujos efeitos perniciosos ainda hoje se fazem sentir.» Por uma vez, a *Análise Social* enveredara pelo caminho da publicação de um texto de natureza claramente política. Para além de tal facto desvirtuar o fim da revista, não havia a menor hipótese de os seus autores serem ouvidos nem pelo poder, em maré de transição, nem pelos colegas, que logo se sentiram ameaçados nas suas cátedras, e muito menos pelos estudantes, que só sonhavam com os amanhã que cantam: «Nesse tempo, porém, os professores nem queriam ouvir falar de reformas e aos estudantes apenas interessava a revolução.»

Já perto do fim deste artigo, Sedas Nunes menciona, com óbvio orgulho, o êxito da revista, com tiragens raras neste tipo de publicações. E fala com agrado dos «números especiais», publicados sobre «grandes temas nacionais». Pelo meio conta-nos a sua passagem pela Academia Militar, o veto da PIDE ao seu ingresso no ISCSPU e ainda o processo de criação do ISCTE, que culminou na criação de uma licenciatura de Sociologia (mesmo que sob o extraordinário nome de «Ciências do Trabalho»). Meses depois do decreto de Veiga Simão, o disfarce tornava-se inútil. A revolução de 1974 permitiu que, pela primeira vez, pudesse falar-se abertamente de um curso de sociologia. Multiplicaram-se então pelo país licenciaturas ostentando a designação. Planeadas por gente sem preparação, Sedas Nunes alertava para a possibilidade de tudo vir a redundar em licenciados sem o mínimo de competência.

Este último artigo termina de forma inesperadamente idealista. Sedas Nunes nega que tivesse existido, ou nele, ou nos primeiros investigadores do GIS, qualquer desejo de poder. «O que houve», diz, «foi um projecto comum – persistente e insistente – de contribuir para o desenvolvimento e para a mudança social.» Paradoxalmente, admite logo a seguir que em alguns tenham existido, a dado passo, ambições pessoais de poder, mas, insiste, em relação a esses, «a geração *[sic]* não o apoiou!» Mesmo os que vieram a ocupar postos importantes no período após a revolução, e vários

foram, teriam exercido o poder de forma diferente, «em termos de ética de serviço, não em termos de lógica de dominação e de lógica das vantagens que advêm do poder». É nestas pequenas notas que se sente que Sedas Nunes pertencia, de facto, a uma geração especial, com uma trajectória que diferia em múltiplos aspectos dos membros mais jovens que tinham entrado para o GIS depois da revolução. Embora isso nem sempre fosse visível, Sedas Nunes fora profundamente marcado pelos valores salazaristas.

Neste derradeiro artigo, Sedas Nunes lembra que, depois da ruptura que constituía a candidatura de Delgado, se apercebera de quão impreparados estavam para a vida política os jovens que, como ele, eram militantes católicos: «Do mundo estrito e quase fechado da JUC dos anos 50, os jucistas saíam para a vida, salvo excepções muito excepcionais, inteiramente ignorantes e inexperientes quanto à vida política.» Nas universidades tinham participado pouco nos debates que as atravessavam. Tudo os levava depois a minimizar a política, então reservada, por um lado, à elite salazarista, e, por outro, aos corredores da clandestinidade. Quando veio a revolução, nota, a sua geração ficou desorientada. Na parte final do artigo são visíveis traços de uma terrível tristeza. Ao recordar os amigos que com ele tinham lutado, escreve: «Eram homens e mulheres de uma dessas gerações improváveis que às vezes surgem na história das sociedades, gerações que cortam subitamente, sem que possa saber-se ao certo porquê, a corrente das gerações anteriores e que depois vêm a encontrar-se, por sua vez, cortadas das gerações que se lhes seguem.»

Sedas Nunes era, e sentia-se, um solitário. Detestou – nem sequer cita o facto no seu artigo – a sua passagem pelo poder em 1977, como ministro da Cultura, da Ciência e da Coordenação Cultural, como detestara a presidência da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Por boas e más razões, não gostava nem da luta política nem sequer do quotidiano da alta administração. Dificilmente era capaz de lutar em terreno aberto e de enfrentar os conflitos. Aquilo que, de facto, apreciava era ficar, de manhã, em casa, a ler, e, à tarde, ir até à Rua Miguel Lúpi, onde instalara o seu GIS. Foi aqui, neste gabinete, possuindo uma das mais belas vistas de Lisboa, que o conheci. De entre as pessoas que em Portugal me ajudaram profissionalmente, nenhuma pode aproximar-se de Sedas Nunes, do Adérito, como ele gostava que lhe chamássemos.

Nos princípios de 1974, quando cheguei a Lisboa, com dois anos de estudos em Oxford por detrás, vinha aterrada. Sabia que, se queria fazer a tese, teria de passar um ano na Biblioteca Nacional, mas irracional-

mente temia que a estada em Portugal me estragasse a cabeça. Sem a ajuda do Adérito – sem as suas conversas, sem o seu estímulo, sem a sua disponibilidade – é provável que tudo tivesse sido mais difícil. Mal me conhecendo, convidou-me logo para ser sua assistente no curso de Sociologia que estava a preparar no ISCTE. Disse-lhe que, não tendo a tese terminada, não me sentia preparada. Nada disso o perturbou. Começámos a preparar aulas em Fevereiro de 1974. Depois, e foram muitos anos, nunca deixei de com ele discutir: alegre e, por vezes, azedamente.

Os jovens que hoje entram no ICS não sabem o que custou transformar o frágil GIS numa instituição sólida, com as garantias que, em Portugal, são necessárias a qualquer organismo que queira manter-se ao abrigo dos vendavais políticos ou do capricho do poder. Alguma coisa – penso que bastante – se terá perdido pelo caminho. Mas, se hoje há um «quadro», o «vínculo», «orçamentos plurianuais», e se os graus de mestre e de doutor podem ser, finalmente, conferidos, isso deve-se, em grande medida, ao temperamento do fundador. Um obsessivo crónico, Sedas Nunes não parecia interessar-se, pelo menos desde que o conheci, por mais nada, a não ser pelo seu instituto. Quando foi para ministro, cheguei a suspeitar de que o motivo que o levava a aceitar o convite de Maria de Lourdes Pintasilgo fora a possibilidade de promulgar um decreto que lhe desse a tão ambicionada institucionalização. Se a causa não foi apenas essa, ela encontrava-se lá: não resistiu, de facto, a promulgar o decreto. Mas a vida pregou-lhe uma partida: o parlamento desfez o que ele tinha feito. Só em 1982 o poder lhe concedeu o instituto. Os seus anos finais foram difíceis, mas nada poderá apagar o facto de Sedas Nunes me ter deixado, a mim e aos meus colegas, uma instituição de que posso orgulhar-me. Não é pouco.

Maria Filomena Mónica